

BRUNO CAPELLI FULGINITI

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER. Pós-graduado (Especialização) em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor convidado em Programas de Pós-graduação. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT e do Instituto de Estudos Tributários – IET. Advogado e consultor de empresas em Porto Alegre e São Paulo.

DEDUÇÕES NO IMPOSTO DE RENDA

FUNDAMENTO NORMATIVO E CONTROLE JURISDICIONAL

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2017
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

FULGINITI, Bruno Capelli. Deduções no Imposto de Renda: Fundamento Normativo e Controle Jurisdicional. São Paulo: Quartier Latin, 2017

ISBN 85-7674-865-7

1. Direito Tributário
2. Imposto sobre a Renda
3. Tributos Federais I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Imposto sobre a Renda
3. Brasil: Tributos Federais

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação: Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical: Studio Quartier

Capa: Anderson dos Santos Pinto

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

Agradecimentos	11
Prefácio	13
Apresentação	17
Introdução	23

Parte I – Deduções e a Determinação da Renda Tributável, 29

1. Considerações iniciais	31
2. Delimitação do âmbito constitucional de incidência do Imposto de Renda	32
2.1. A regra constitucional de competência do Imposto de Renda	32
2.2. A definição de renda conferida pelo Código Tributário Nacional	38
2.2.1. Renda como acréscimo patrimonial de riqueza nova	38
2.2.2. Renda como resultado líquido positivo	41
2.3. Direitos fundamentais como limites à tributação	43
2.3.1. O dever de proteção de direitos fundamentais	43
2.3.2. O âmbito de proteção de direitos fundamentais	49
2.4. Igualdade como limite à imposição tributária	56
2.4.1. Significado e estrutura da igualdade	56
2.4.2. Modos de realização da igualdade	58
3. A determinação da renda tributável e a justificativa para deduções	62
3.1. Deduções e o Imposto de Renda das pessoas físicas	63
3.1.1. Proteção ao mínimo existencial individual	63
3.1.2. Proteção ao mínimo existencial familiar	69
3.2. Deduções e o Imposto de Renda das pessoas jurídicas	71
3.3. Aspectos a reter	77
4. Justificativas para a utilização de “regras” de dedutibilidade	80
4.1. Regras de dedutibilidade e a estabilização de conflitos interpretativos	80
4.2. Regras de dedutibilidade e a praticabilidade na imposição tributária	85
5. Liberdade legislativa e a conformação de regras de dedutibilidade	89
6. Síntese conclusiva	94

PARTE II – Regras e Limites de Dedutibilidade e a Realização da Igualdade Tributária, 97

1. Considerações iniciais	99
2. Regras e limites de dedutibilidade na legislação do Imposto de Renda	101
2.1. Aspectos gerais	101

2.2. Regras de dedutibilidade e a base de cálculo do Imposto de Renda.....	102
2.2.1. Base de cálculo e regras de dedutibilidade do Imposto de Renda de pessoas físicas	102
2.2.2. Base de cálculo e regras de dedutibilidade no Imposto de Renda de pessoas jurídicas.....	105
2.2.2.1. A dedutibilidade de custos operacionais	112
2.2.2.2. A dedutibilidade de despesas operacionais	114
2.3. Limites de dedutibilidade no Imposto de Renda.....	125
2.3.1. Proposta de classificação	125
2.3.2. Limites de dedutibilidade qualitativos	126
2.3.3. Limites de dedutibilidade quantitativos.....	131
2.4. Limites de dedutibilidade e progressividade do Imposto de Renda	134
3. Estrutura normativa das regras de dedutibilidade	139
3.1. Aspectos gerais	139
3.2. Generalização como seleção de propriedades	140
3.3. Generalização e a estrutura das regras	143
3.4. Generalizações aplicadas por meio de regras e limites de dedutibilidade.....	147
3.4.1. Regras e limites de dedutibilidade qualitativos	147
3.4.2. Regras e limites de dedutibilidade quantitativos	150
4. Realização da igualdade por meio de limites de dedutibilidade	154
4.1. Regras e limites de dedutibilidade e a insuficiência do padrão legal	154
4.2. Modelo de igualdade e o ordenamento jurídico brasileiro	157
4.3. Igualdade tributária por meio da padronização.....	161
5. Síntese conclusiva	167

PARTE III – Parâmetros de Controle Jurisdicional sobre Regras e Limites de Dedutibilidade, 169

1. Considerações iniciais	171
2. A tese do legislador negativo e o exame jurisdicional de regras de dedutibilidade.....	172
2.1. Poder Judiciário e a tese do “legislador negativo”	172
2.2. O alcance do controle jurisdicional sobre regras de dedutibilidade.....	175

3. Igualdade como parâmetro de controle jurisdicional sobre regras ou limites de dedutibilidade	180
3.1. Aspectos gerais	180
3.2. Pressupostos para a realização da igualdade.....	181
3.2.1. Necessidade (ou idoneidade)	181
3.2.2. Generalidade	183
3.2.3. Compatibilidade	188
3.2.4. Neutralidade	191
3.2.5. Não excessividade	193
3.2.6. Ajustabilidade.....	196
4. Razoabilidade como parâmetro de controle jurisdicional sobre regras ou limites de dedutibilidade	198
4.1. Considerações sobre o postulado da razoabilidade.....	198
4.2. Razoabilidade e condições de superabilidade de regras.....	201
4.2.1. Aspectos gerais	201
4.2.2. Requisitos materiais.....	203
4.2.3. Requisitos procedimentais	208
5. Síntese conclusiva	211
Conclusão	213
Referências Bibliográficas	219